

## SOBRE OS MECANISMOS LINGÜÍSTICOS SUBJACENTES AO GESTO DE RASURAR<sup>1</sup>

CRISTINA FILIPETO  
(UNCISAL)

**ABSTRACT:** The aim of this work is to investigate the movements subjacent to the act of the erasure produced by pairs of students in the scholar context when they were discussing and writing a made-up story. In this work, the focused erasures attested the presence of the equivocalness as a language constitutive and the sense produced thereby. The methodological procedure of data collection consisted in filming a pair of students from the moment in which they discussed an invented a story to the moment of writing and concluding it. The registers named by Lacan as Real, Symbolic and Imaginary revealed themselves to be essential in the development of this work, since they combine unconsciousness, subjecthood, language and discourse. This work shows that the erasure is not, in spite of the student's intentions, an instrument of "correction". We show that the erasures made by the students point to a movement that searches for the similarity, for the recognition between what is said/written and what "should" be said/written. However, the "listening" effect of this recognition does not flow in the same direction, because there are erasure cases that encompass not only the "listening" but also what here is named "equivocal-listening": the student, when searching for similarity, the unity of chunks of language, sometimes erases what is already "correct", producing in this way an ambiguity/equivocalness.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo apresento parte de minha tese de doutorado (2003), mais precisamente, aquela em que abordo a questão da rasura e os mecanismos que a ela estão subjacentes. Tentarei mostrar, de um ponto de vista lingüístico-discursivo, o que pode levar o aluno a voltar-se sobre o que disse ou escreveu e promover uma rasura.

Vale apontar que as rasuras têm uma forte relação com aquilo que "parece estar errado", pois o sujeito apenas rasura o que disse ou escreveu quando é afetado pelo seu dizer ou pela sua escrita, o escutando<sup>2</sup> como "errado" (mesmo que não o esteja, de fato) ou insatisfatório e o reformulando. Como diz Willemart (1996), a rasura "assinala em primeiro lugar uma atitude negativa, um 'não gosto disso', uma impressão de falta ou de falha na escritura que empurra a mão para suprimir a escrita anterior por uma razão muitas vezes desconhecida pelo próprio escritor". Certamente que colaboram para este movimento questões gramaticais, estéticas e padrões exigidos pelo gênero textual em questão.

Para tratar das relações entre as rasuras, seus mecanismos e o aluno que escreve, assumo uma perspectiva que considera sujeito e língua como mutuamente *se constituindo*

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Anpoll (2004).

<sup>2</sup> A noção de "escuta" foi proposta por Lemos (1999) e remete à psicanálise, no que ela se difere do ouvir.

e a língua, enquanto aquilo que, no dizer de Milner (1983:19), “suporta o real da alíngua”<sup>3</sup>. Se a língua suporta (no duplo sentido de sustentar e, ao mesmo tempo, sofrer os efeitos) a alíngua, isto equivale a dizer que a língua toca o Real, que na língua há o equívoco enquanto efeito deste Real, provocando o duplo sentido e quebrando os estratos.

Entendo a rasura<sup>4</sup> tanto como um gesto que, no processo de escritura de textos em sala de aula, busca a semelhança, a unidade do dizer, quanto aquilo que, ao procurar fazê-lo, isto é, ao buscar aproximar-se da forma “certa”, “correta”, também acaba produzindo um “erro” ou um equívoco. Fenômeno essencial do processo escritural, a rasura produz uma tensão entre o conhecido e o desconhecido, entre o esperado e o inesperado, entre o previsível e o imprevisível.

Mas, ela também surge de um equívoco que irrompe no momento da escritura<sup>5</sup>, no intuito de barrar a forma que foi escrita sem a intervenção voluntária do sujeito. Entrevejo, então, dois movimentos no que tange às rasuras: um que provoca o equívoco e outro que é por ele provocado. Desse modo, o equívoco, provocado pela e provocador da rasura será abordado aqui como uma das peças que movimentam o jogo lingüístico subjacente ao gesto de rasurar.

## 2. A RASURA E SUAS FORÇAS PROPULSORAS

Quais as forças propulsoras da reformulação, das rasuras efetivadas por um falante ou escrevente? Partirei de uma hipótese, a saber, que a rasura está diretamente ligada a um “sentimento de estranheza” do escrevente.

---

<sup>3</sup> Lacan (1985:180) forja o termo alíngua (lalangue) para nomear o não-todo, o que resiste a ser apreendido em uma totalidade e afirma que “o que se sabe fazer com alíngua ultrapassa de muito o que podemos dar conta a título de linguagem (...) uma linguagem sempre hipotética com relação ao que a sustenta, isto é, alíngua. Teresa Lemos (1994:39) aponta, na alíngua, “a amarração fundamental entre desejo e língua, sujeito e significante”. Já Milner (1987:18), afirma que alíngua é o que de fato se fala, e é “aquilo pelo qual, de um único e mesmo movimento, existe língua (ou seres qualificáveis de falantes, o que dá no mesmo) e existe inconsciente”.

<sup>4</sup> Tomo a rasura escrita como um movimento que altera a primeira escritura, seja através de substituições, acréscimos, deslocamentos e supressões, seja através de elementos que se ausentam da 2ª versão. Já em reformulações orais, também chamadas de “rasura oral” por Calil (2003) e Filipeto (2003) há uma irreversibilidade do dizer: anula-se, apaga-se, ao mesmo tempo em que se “acumula” o dizer, isto é, “corrigir” oralmente é continuar falando, é acrescentar ainda mais. Não há como suprimir as palavras e a sintaxe da correção oral: eles são seus instrumentos. Assim, se a imprevisibilidade que surge na escrita pode ser apagada, rabiscada, no oral, ela permanece inscrita inevitavelmente no desenrolamento temporal da cadeia. Afirma Calil que “as rasuras orais [...] parecem trazer uma particularidade para as reformulações orais, pois o fato de os alunos estarem falando algo para ser escrito interfere na própria possibilidade de enunciação. Não se reformula considerando somente aquilo que se acabou de falar, mas também aquilo que já foi efetivamente escrito e que pode sofrer diferentes formas de rasura escrita ou, ainda, aquilo que se disse em relação ao que poderá ser escrito “ (2003:31,32)

<sup>5</sup> Calil (1998), já aponta o fato da equivocidade acarretar um processo de rasuramento. Nesse sentido, “a rasura, apesar de aparentemente indicar o controle do autor sobre o texto, na verdade o ultrapassa” (op. cit.: 100), isto é, o gesto de rasurar supõe algo anterior que vai muito além da possibilidade de domínio do sujeito.

Assumo, a partir de Freud (1969) que o “estranho é aquela categoria do assustador que remete ao que é conhecido, de velho, e há muito familiar”. A quebra desse familiar, que produz estranhamento, vai convocar o sujeito ou o outro que com ele interage ou a quem ele se dirige. É no estranhamento que vejo o ponto de partida para que se produza um efeito de retorno, sem o qual não há rasura, naquilo que o equívoco já se fez presente ou poderá, a partir da rasura, se instalar. Porém, é preciso apontar que o sentimento de estranheza não ocorre somente quando se tem a produção de um erro; pode-se estranhar uma forma de expressão, uma construção sintática, questões textuais, traduzidas, por exemplo, com a preocupação em evitar a repetição de um item lexical, etc. Tais rasuras não estão necessariamente ligadas a um “erro”.

Novaes (1996) aponta a dimensão sedutora do estranhamento. Quando não conseguimos amarrar o que o outro ou nós mesmos dizemos em uma unidade de significação, esse dizer nos convoca, nos interroga, nos seduz, na medida em que encontramos, em nós mesmos, um sentido excedente, uma falta de sentido ou, mais que isto, uma possibilidade recalçada da língua<sup>6</sup>. Freud, ao definir o estranho como algo “que deveria permanecer oculto, mas veio à luz”, afirma que:

O efeito estranho da epilepsia e da loucura tem a mesma origem. O leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitadas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser.

Assim, ao estranharmos o dizer de um louco<sup>7</sup>, o que nos assusta e ao mesmo tempo nos convoca, pelo que nela escutamos, é o fato de percebermos que o que foi dito por ele poderia ser dito por nós, no sentido de que reconhecemos aí a materialidade da língua, por tratar-se de uma possibilidade dela esquecida<sup>8</sup>.

A fala de um esquizofrênico frustra-nos por não haver “qualquer movimento de retorno exigido pela promessa de sentidos que não se cumpre” (Novaes, 1996: 83), pois o esquizofrênico, como a autora mostra, não se estranha, nem escuta o estranhamento vindo do outro<sup>9</sup>. Em um sentido diferente, poderíamos também dizer que a fala da criança nos interroga, como têm procurado mostrar alguns pesquisadores em aquisição de linguagem<sup>10</sup>. Ademais, a criança também não escuta o estranhamento vindo do outro no momento inicial de sua fala que Lemos (1992, 1995, 1999, dentre outros) caracteriza como sendo a 1ª posição. Aqui, sua fala é predominantemente metonímica, seus significantes vêm do outro e a

---

<sup>6</sup> Segundo M. T. Lemos (1994:104), essa possibilidade “só nos é revelada na poesia, no chiste, no sintoma – ou seja – nas dobras da alíngua”.

<sup>7</sup> Trata-se de um dizer que não faz elo, laço social, um dizer puramente metonímico ou metafórico, que desliza sobre o fluxo do discurso sem estancar, sem formar unidades de significação socialmente partilhadas.

<sup>8</sup> Um dizer em uma língua desconhecida pode provocar riso, desdém, descaso, mas estranhar a própria língua pode causar espanto, perplexidade, “desconforto”, como diz Novaes (1996:99).

<sup>9</sup> Ainda segundo Novaes, *ibid.* (101), “a inacessibilidade aos dizeres nas esquizofrenias vem da inacessibilidade a uma estrutura em que nem tudo está simbolizado – a estrutura psicótica”. O dizer esquizofrênico mostra-se impermeável a qualquer tentativa de atribuição de sentidos pelo outro.

<sup>10</sup> É o que Lemos procura mostrar em seus trabalhos e o que M. T. Lemos assume como hipótese inicial em sua tese (1994). Vide Bibliografia.

contenção da deriva é feita através das interpretações da mãe, a qual assegura que o deslize não seja indefinido.

Para exemplificar o que estou querendo dizer, recorro a um diálogo entre mãe (M) e filha (Ma) analisado e apresentado por Lemos (1999), na qual a primeira busca colocar a fala da segunda em uma cadeia textual-discursiva:

(1)<sup>11</sup> Ma (1;8:6) se aproxima da televisão e sua mãe (M) tenta afastá-la do aparelho.

Ma.: não/não/**pô** (ou **bô**)

M.: **quebrô** sim.

Ma.: a **pô**.

M.: é, **vai pô**. Você não sabe **por**.

Ma.: a **pô**.

M.: O **Pô** vem aqui amanhã. Amanhã o **Pô** com a Titê vai levá a Mariana na praia.

Ma.: iáíá/iáíá

M.: Ai que gostoso que a Titê vai chegar, né filhinha?

Chamo a atenção para as várias tentativas por parte da mãe de significar o que, na fala da criança, ainda é desprovido de significação. Primeiramente, interpretando o “pô” ou “bô” como “quebrou”; em seguida, como o verbo “pôr” e, finalmente, como uma forma reduzida de um nome próprio, “O Pô”. É através dos esforços de interpretação da mãe que os significantes da criança vão passando da ordem de *indeterminados* para *determinados* – tanto semântica, quanto fonológico e sintaticamente. Apesar da atribuição de sentido por parte da mãe, até mesmo de sua correção, a criança não escuta, permanecendo impermeável e não identifica, ainda, qual enunciado seu provocou estranhamento no outro. Quem estranha é a mãe. É neste sentido que estou falando em “sentimento de estranhamento”: uma relação entre sujeito, língua e sentido que produz a possibilidade subjetiva da escuta. O estranhamento demanda um retorno sobre o dito, de si mesmo ou do outro, já que algo se produz como diferença na língua já estabilizada. Portanto, para escutar a diferença é preciso *estar na e escutar a* semelhança, pois, como diz Novaes (1996: 99):

Algo totalmente desconhecido suscitaria sensações de curiosidade, de indiferença, ou até mesmo de escárnio... Mas o efeito de estranhamento não. Ele provoca desconforto. A minha língua me causa desconforto. Estranhar a própria língua é estranhar o colo da mãe.

Esta metáfora entre estranhar, língua e colo da mãe precisa bem este “sentimento de estranhamento” que trago aqui à discussão. Algo que tem o semblante familiar, com o qual nos identificamos, mas que simultaneamente produz-se como falta ou como excesso, demandando daquele que escuta uma (nova) significação. E esse algo é bem da dimensão do *equívoco*. Entendo o equívoco, a partir de Milner (1983), como aquilo que, na língua, provoca o duplo sentido e quebra os estratos, podendo abarcar tanto o um a mais de sentido, quanto aquilo que pode não apresentar sentido algum. Lembro aqui o que diz o autor: “... uma locução, trabalhada pelo equívoco, é ao mesmo tempo ela mesma e uma

---

<sup>11</sup> Este dado foi extraído de Lemos (1995); os números entre parênteses referem-se à idade da criança neste momento.

outra” e “o equívoco se resolve em um fantasma<sup>12</sup> nascido da *conjunção indevida* de vários estratos” (1983:13, o destaque em itálico é meu).

Sem negar que a língua seja um objeto único e regular, Milner ainda afirma que a língua, enquanto estrutura, possui um ponto de falta irremediável, o que a torna um meio singular de produzir equívocos. Uma das propriedades que o autor atribui à língua é o seu aspecto *dentelé*<sup>13</sup>. Podemos imaginar então uma correia que, embora apresente uma série de dentes muito próximos, interligados e articulados, não se pode deixar de observar um espaço, uma lacuna entre cada um deles. Assim, ao mesmo tempo em que a metáfora do *dentelé* deixa ver tanto a linearidade da linguagem quanto os termos dispostos em uma relação sintagmática (metonímica), ela quebra com o seu semblante homogêneo, pois o espaço entre cada um dos dentes traz à cena a relação paradigmática (metafórica), onde os termos que permanecem *in absentia* podem interferir na estabilidade da cadeia.

Aqui, chego à seguinte formulação: a rasura porta um “sentimento de estranhamento”. O estranhamento convoca uma relação entre algo familiar, semelhante e, ao mesmo tempo, diferente, faltoso ou em excesso, além de ter como motor de propulsão um equívoco, algo imprevisível ou inesperado. Três noções são, portanto, capitais para se compreender este “jogo” subjacente ao gesto de rasurar: (I) o equívoco que, segundo Milner, suspende os estratos da língua, confunde os sentidos. Este equívoco pode suscitar um (II) estranhamento enquanto algo que nos convoca através de uma diferença, uma inquietude, na medida em que reconhecemos uma possibilidade esquecida/recalcada da língua. Estranhamento este que pode levar o sujeito a uma (III) escuta, a qual efetiva um retorno sobre o dito/escrito, condição de toda forma de rasura, seja oral ou escrita.

### 3. “A DEUS SAPINHO”: O JOGO HOMONÍMICO NA PRODUÇÃO DO EQUÍVOCO E DA RASURA

Os estudos que têm discutido o problema da reformulação imputam-lhe a idéia de “adequação” progressiva entre o que se disse/escreveu e o que realmente “se pretende” dizer ou escrever, apagando assim um funcionamento que é tanto lingüístico quanto discursivo e que incide sobre aquele que escreve. Na vertente psicológica, a “reformulação” do erro (estando o estatuto da rasura já aí suposto) é sinal de uma atitude reflexiva do sujeito sobre a linguagem. É o que testemunham Lier-de-Vitto e Fonseca (1997: 51) quando afirmam que

Na área da aquisição da linguagem, as reformulações/correções/auto-correções são, em regra, tomadas como evidências empíricas de uma capacidade que se diz metalingüística. Tal expressão é utilizada para designar um momento na história do desenvolvimento em que a criança dá sinais de estar “monitorando” a linguagem.

<sup>12</sup> “Fantôme”, “fantasma”, “aparição”.

<sup>13</sup> Milner (2002:146).

Disto segue a idéia de que no “erro” há “falha”, distorção entre a intenção do dizer e do que foi dito. Para o pesquisador que adota isto como pressuposto, se ali há “falha”, na rasura, ao contrário, há um movimento em direção ao “acerto”, à adequação. Tratamento bem diferente é dado por alguns pesquisadores da Crítica Genética, dentre os quais destaco aqui os trabalhos desenvolvidos por Willemart e alguns já citados anteriormente neste trabalho. Em seus trabalhos, as rasuras deixadas nos manuscritos literários funcionam como “senhas” para compreender os mistérios que envolvem o processo de criação literária e os caminhos trilhados pelo autor. Segundo o autor, o que os manuscritos revelam são situações sitiadas de angústia vivenciadas pelo escritor e os projetos e planejamentos que o autor faz antes de escrever não impedem que ele perca – ao menos em parte – sua autonomia durante o processo de escritura, passando inclusive a depender dela. O escritor, ao entrar no “labirinto inantecipado da criação” (1991:65), não pode prever o que fará, por onde irá. Submetendo-se ao imprevisível processo de criação, sente dificuldades em encontrar uma saída, apesar das prévias anotações e planejamentos que faz. “Não há antes, não há um momento determinado que precede o acontecer poético. Há o silêncio” (idem, *ibid.*: 72).

A rasura pode, portanto, provocar o silêncio, abrir um buraco, instaurar um vazio, um nada, deixando o autor como que desabrigado, mas pode também transgredi-los, transformando-se em origem de toda criação. Neste sentido, a rasura traz, paradoxalmente, o silêncio e a voz (d’Outro). Segundo o autor, “a rasura **cria um espaço de tempo** que pode ser preenchido por um silêncio de segundos ou anos, silêncio de espera no qual vão se engolfar ruídos, lembranças, ritmos, variações, idéias, etc. É um momento de padecimento no qual o escritor sofre a paixão da ignorância” (2002: 80).

O dado que apresentarei abaixo<sup>14</sup> mostra bem, a meu ver, esta sensação de desabrigo, de desamparo, de vazio, a partir da rasura (oral ou escrita) produzida por um sujeito sobre o próprio dizer ou pelo dizer de um outro. Neste episódio, F e R estão escrevendo a história inventada “A princesa e o sapo”, sendo que, neste momento, F está narrando e R está escrevendo. Trata-se da história de uma princesa que saiu para passear na floresta e se perdeu dos seus amigos. Encontrando um sapo, pediu-lhe que lhe informasse o caminho certo. Após o sapo tê-la ajudado, ela disse “adeus, sapinho...”. O diálogo que se segue diz respeito justamente a esta despedida:

Fragmento<sup>15</sup> <I>

1) F.: “(continuando) então ela encontrou...e então... então...”

2) R.: “(escrevendo) [e en...].”

3) F.: “(impaciente) bote o “t”! (R. escrevendo “então” e F. continuando) [e em tão ela encontrou...controu..[ela ~~enœ~~ encontou] e disse... **adeus sapinho!** (repetindo) então ela

<sup>14</sup> Este dado faz parte do banco de dados “Práticas de textualização na escola”, organizado desde 1996 pelo professor e pesquisador Eduardo Calil. O banco possui, hoje, mais de 1500 manuscritos, pertencentes a diversos gêneros discursivos, escritos por alunos de 1ª a 8ª séries do 1º grau e coletados em escolas públicas e particulares da cidade de Maceió (AL), Rio Largo (AL) e São Paulo (SP). O banco conta também com, aproximadamente, 80 filmagens de práticas de textualização, nas quais alunos, a partir da solicitação de professores, escrevem histórias, fábulas (narrativas e ficcionais) ou poemas inventados.

<sup>15</sup> Quando o nome do aluno aparecer sublinhado, significa que é ele quem está escrevendo. Já o colchete, mostra o que o aluno está escrevendo naquele momento.

disse... **adeus sapinho!** mais caiu né uma bruxa... (novamente percebe que R. não acompanhou, repetindo, enfática) **adeus sapinho! adeus sa..pi.nho...**(R. continuando a escrever) [ela falou a deus] **deus, é?** (diz F, impaciente)”

4) **R.**: “(referindo-se ao “r” que falta na palavra “encontou”) Deus! não tem o “r” não, Deus!..”

5) **F.**: “é ‘d’? (referindo-se ao “d” em maiúsculo)”

6) **R.**: “(impaciente) é deus, chama...”

7) **F.**: “óia, deus...”

8) **R.**: “(revelando angústia) óia aqui... deus... chama a tia!”  
chama a tia!”

9) **F.**: “(chamando a professora) ô tia! (a professora se aproximando) **tá certo a palavra ‘deus’, adeus’?** professora se aproximando) **tá certo a palavra ‘deus’, adeus’?**”

(a professora pede para que as crianças leiam para ela, e as alunas começam a reler a história)

10) **R.**: “encontrou...e então ela falou a deus... não tá certo?”

deus... não tá certo?”

11) professora: “**adeus no sentido de ‘tchau’?** então é junto... tem que colocar junto, tá certo? mas só que tem que ficar junto ‘a’..’deus’, ..se você separar é outro termo”

então é junto... tem que colocar junto, tá certo? mas só que tem que ficar junto ‘a’..’deus’, ..se você separar é outro termo”

12) **R.**: “então vai ter que riscar, né? (Ela liga ‘a’ e ‘deus’ com um tracinho).

(F. 7;3; R. 7;11)

É interessante observar que, em um primeiro momento, há certa indeterminação de “adeus”, pois, isolado do que o cerca, pode ser tomado como:

- (1) “a Deus”: encontrou o sapo e disse (dirigiu-se) a Deus;
- (2) “adeus”: forma de despedida que, segundo o Aurélio, significa “Deus te acompanhe”, “vá com Deus”;
- (3) “ah, Deus!”: a interjeição “ah” dá mais força e realce às palavras a que se junta.  
Esta expressão geralmente externa aflição, surpresa.

Inicialmente, R não descola para o “adeus”, no sentido de despedida, o que parece estar relacionado à indiscutível homofonia entre as formas acima expostas. Tanto que, quando F (turno 3) questiona impacientemente “Deus, é?”, R (turno 4), acredita que ela está se referindo ao “r” que faltava na palavra “encontou”, inclusive, utilizando “Deus” como uma interjeição: “Deus! Não tem o “R” não, Deus!..”.

O “momento de padecimento no qual o escritor sofre a paixão da ignorância” sugerida por Willemart é aqui vivido por R, a qual, jogada ao vazio da escritura precisa desfazer a relação imaginária (de semelhança) provocada pela homofonia entre os elementos acima para refazer o sentido da frase já colocado em questão por F.

Poderia dizer que R, num primeiro tempo, não consegue enxergar nenhuma diferença entre “a Deus” e “adeus”; sua compreensão parece ser desencadeada por F (turno 3) que insiste em mostrar o equívoco e R passa, assim, a tentar compreender o que ela aponta. A homonímia é, entretanto, uma barreira a qual ela não consegue (ainda) transpor. Todavia, após a interferência da professora (turno 11), R reconhece a diferença e conclui. Este tempo, que é lógico, estaria indicando o movimento significante: um significante que se descola de sua face imaginária (signo), fazendo signo em outro lugar.

O estranhamento de R e o de F são de ordens diferentes. F estranha a quebra sintática e semântica provocada pela entrada de “a Deus” e reconhece o equívoco produzido por

essa entrada, reformulando-a oralmente, questionando e cobrando de R uma reformulação. R, no entanto, estranha inicialmente o estranhamento de F, já que para ela não parece haver incoerência entre sua escritura e o sentido aí produzido.

Mais detalhadamente, diviso, no diálogo entre as alunas, dois momentos que contribuem para a escuta de R. Primeiro, é a escuta do professor (turno 11) – “adeus no sentido de ‘tchau’?” – e, segundo, a relação deste outro sentido que surge, agora, estabelecendo uma relação de oposição com o que seria previsível na continuidade da cadeia (“adeus, sapinho”). Desse modo, é apenas num só-depois que se vai criar, na relação de semelhança, uma diferença guardada pela posição que “adeus” ocupa na cadeia. É através dos efeitos restritivos da cadeia que deve emergir a diferença, obliterando-se a semelhança.

Saussure ([1916] 1995:121), ao discorrer sobre a delimitação das unidades, nos apresenta as seqüências homofônicas *si je la prends* e *si je l'apprends*, cuja determinação só pode ocorrer pelo sentido que a elas se atribua, sendo este “se” o lugar próprio do sujeito enquanto efeito do significante; é ele quem faz o recorte da “massa amorfa de sons” (significantes) de que fala Saussure (idem, p. 121 e 131), corte este que pode incidir sobre qualquer ponto da cadeia. Assim, um termo adquire o seu valor dependendo da posição que ocupa na cadeia e das relações que mantém com outros através de movimentos de ampliação e de restrição, produzindo tanto a unidade quanto a ruptura.

Como diz Milner (1983: 07), “a partir do dito de que há semelhante, concluiríamos que há dessemelhante, e disso, que há relação, posto que basta que dois termos sejam considerados semelhantes e dessemelhantes para que uma relação seja definível”, ou seja, para que um termo seja considerado dessemelhante é preciso que uma relação seja posta e, para que um termo seja reconhecido como semelhante é preciso considerar, sempre através da relação, sua dessemelhança.

Encontro aqui e com toda força, o peso da argumentação saussureana ao definir a língua como um sistema de puros valores. Ao fazê-lo, afirma Saussure:

A idéia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual ele faz parte; seria acreditar que se pode começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma destes, ao passo que, ao contrário, é do todo solidário que se deve partir, para obter, por análise, os elementos que ele encerra ([1916] 1995: 132, ênfase minha).

Ora, “adeus” só adquire sua forma quando faz oposição não apenas com o que vem antes (“disse”) na cadeia. Aliás, até aqui nenhum problema, pois “dizer” distende-se tanto para “adeus”, “ah, Deus” ou “a Deus”. Apenas quando entra em relação com o que vem depois (“sapinho”) é que, por um efeito de retorno, “adeus” opõe-se a “disse” e adquire o seu valor. Ou seja, “sapinho” restringiu a continuidade de “ah, Deus” e “a Deus” na cadeia, muito embora “disse” tivesse ampliado/projetado sua entrada.

Entretanto, R não reconhece, num primeiro instante, a diferença implicada na semelhança. É que elas (semelhança e diferença) precisam ser escutadas. Como diz Lemos,



para que a criança possa passar do ouvir para o escutar e para o escutar-se, ela tem que passar pelo ‘dessubjetivar’ desse outro enquanto ‘esfera de onde se fala’ e se significa, assim como pelo ‘desobjetivar’ da cadeia sonora em sua projeção-transformação em ‘imagem acústica’<sup>16</sup>.

Sendo assim, a criança, ao recortar essa “massa amorfa de sons”, no instante em que o som detém-se fazendo beira, litoral com o que o segue ou precede, faz com que a significação, que antes estava “no limbo”, “sofrendo a sua paixão”, como diz Arrivé<sup>17</sup> efetue-se, para fazer surgir um sentido outro. Momento da escuta, da mudança de posição na estrutura a qual está inserida. Se não há o reconhecimento de relações de diferença e semelhança, através de um tempo lógico próprio a cada sujeito, ele não escuta. Se for necessário que o sujeito reconheça a produção da homonímia para que mude de posição, como no caso de F e R, então a homonímia implica que se a escute.

#### 4. A HOMONÍMIA SE FAZ PARA QUEMA ESCUTA: HOMONÍMIA NO “JOGO”?

O reconhecimento, diz Calil (1999) ao apontar a interferência da homonímia na estabilidade da cadeia, já é efeito destas relações, efeito que a própria linguagem produz sobre aquele que diz e escreve. A opacidade de “adeus”/“a Deus” e o equívoco daí resultante, são produzidos pela homofonia. F a escuta; R também, ainda que seja através da escuta do outro. Assevera Novaes que

A homonímia se configura pela virada de uma coisa noutra coisa, de um efeito-sujeito em outro e para isso é preciso que aquele que diz ouça, escute o que é dito e se espante, como nos lapsos, nos atos falhos, na prática psicanalítica, nos chistes e em todas as situações em que o que é dito é ouvido [diríamos, escutado] como uma outra coisa no instante da nomeação (1996: 116).

Entretanto, se porventura o sujeito não escuta, como poderia chamar de homonímia o que não se reconhece como semelhança (ou diferença)? Gostaria de apontar que a homonímia se faz, como efeito, para quem a escuta, quer dizer, as homonímias são homonímias porque aquele que as escuta assim as autentica, como homonímias.

Assim, quem valida a homonímia como tal é o mesmo que demanda significação, seja o sujeito que escreve, que fala, um outro que com ele interage ou o pesquisador. O reconhecimento da semelhança é o que provoca a ruptura que abre para o momento (indeterminado) em que o sujeito escuta, então, a diferença. Virou homonímia, cessa-se o estranhamento. Entretanto, se esta história fosse “lida” para o professor, oralmente não haveria erro ou poderia não haver o reconhecimento da homonímia. A ausência de escuta da homonímia pelo próprio sujeito ou pelo professor pode fazer com que o equívoco produzido pela homonímia permaneça somente na esfera do erro gráfico ou gramatical. Na escrita desta história, entretanto, a homonímia produz uma quebra sintática, mas não há

<sup>16</sup> Lemos, Cláudia T. G. de (1996:10-11).

<sup>17</sup> Arrivé, Michel (1999:99).

erro ortográfico ou gramatical, há apenas incoerência/ruptura de sentido provocada por esta quebra.

Mas, qual a relação entre o jogo subjacente à rasura e a homonímia? A relação está em que a homonímia *faz parte* do jogo. O equívoco irrompe na língua através da homonímia, da homofonia, confundindo som e sentido, suspendendo os estratos (classes, propriedades, etc.). Neste sentido, o equívoco instaura-se a partir de uma torção daquilo que, na língua, está imaginariamente cristalizado. Se retomarmos os eixos metafórico e metonímico como aquilo que responde pelo funcionamento da língua, observamos que é no eixo paradigmático (metafórico) que se encontra a possibilidade de um significante substituir a um outro, por qualquer ordem de semelhança. Sendo assim, o equívoco, enquanto o que está na base de toda produção de rasura, é inerente ao próprio funcionamento da linguagem. Este equívoco pode produzir um estranhamento, condição para que haja um retorno sobre o que foi dito ou escrito.

Gostaria de concluir dizendo que, diferentemente do que ocorre no dado aqui apresentado e nas produções de escritura a dois em sala de aula, nos dizeres esquizofrênicos a situação é totalmente outra. Lá, como atesta Novaes, “não há efeitos de estranheza sobre os próprios sujeitos” (1996: 82), já que o sujeito esquizofrênico não é afetado pelo seu dizer nem pelo estranhamento que vem do outro. Para ele, não há a possibilidade de ressignificar, de reformular, nem de sair do pântano de sua enunciação fragmentária e angustiante. É a escuta que tira o sujeito deste pântano do (não fazer) sentido.

O estranhamento convoca-nos a amarrar o que dissemos ou escrevemos em uma unidade de significação, de modo que ele sempre ocorre como efeito de algo que falta para que o que foi dito/escrito faça sentido.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRIVE, M. (1999). *Linguagem e Psicanálise, Lingüística e Inconsciente. Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CALIL, E. (1998). *Autoria: a criança e a escrita de histórias inventadas*. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas.
- \_\_\_\_\_. (1999). “História inventada relações entre (im)previsível e rasura”. *Manuscrita*, 8. São Paulo: Annablume. (209 - 220) (ISSN 1415-4498).
- \_\_\_\_\_. (2003) “Processus de création et ratures: analyse d’un processus d’écriture dans un texte redigé par deux écolières”. *Langage & Societé*, p. 31-55. Paris: Maison des Sciences de L’homme.
- FELIPETO, S. C. S. (2003). *Rasuras entre o oral e o escrito: o equívoco na alteração*. Tese de doutoramento. Ufal, inédita.
- FREUD, S. (1969). “O estranho”. *A Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago editora.
- LACAN, J. ([1972-73]1985). *Seminário XX, Mais Ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- LEMONS, C. T. G. de. (1991). *Saber a língua e o saber da língua*. Campinas : Aula inaugural.
- \_\_\_\_\_. (1995). “Corpo e Linguagem”. *Corpo - mente: uma fronteira móvel*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.

- LEMONS, C. T. G. (1999). *Relatório (CNPq)*. Campinas: IEL/Unicamp (Mimeo).
- LEMONS, M. T. (1994). *A Língua que me falta: uma análise dos estudos em Aquisição de Linguagem*. Tese de doutorado. IEL/Unicamp.
- LIER DE VITTO, M. F. & FONSECA, S. C. da. (1998). “Reformulação ou ressignificação?” *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 33 (51 - 60) Campinas: IEL/Unicamp.
- MILNER, J-C. (1987). *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_. (1989). *Introduction à une science du langage*. Paris: Ed. du Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Le Périphe structural: figures et paradigme*. Paris: Ed. de Seuil.
- NOVAES, M. (1996). *Os dizeres nas esquizofrenias: uma cartola sem fundo*. São Paulo: Escuta.
- SAUSSURE, F. de. ([1916]1995). *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- WILLEMART, P. (1991). A rasura, senha de entrada no mistério da criação. *Caderno de Textos – Crítica Genética*, 5. João Pessoa: UFPB.
- \_\_\_\_\_. (1996). “Do sentido ao corpo: a rasura”. *Corpo e sentido*. S. Paulo: Ed. da Unesp, p. 155-152.
- \_\_\_\_\_. (2002). “Como se constitui a escritura literária?”. *Criação em Processo: ensaios de crítica genética*. S. Paulo: Ed. Iluminuras Ltda, p. 73-93.